

EDITORIAL

Falta compromisso para sanar problema

Embora o Brasil tenha alcançado uma cobertura de 99,8% dos municípios em serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos em 2023, o país ainda enfrenta um desafio persistente: o descarte inadequado de resíduos. De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) do IBGE, 31,9% das cidades utilizam lixões a céu aberto, uma prática prejudicial ao meio ambiente e à saúde pública. Essa realidade expõe uma contradição gritante, considerando a ampla acessibilidade ao manejo de resíduos. Lixões poluem o solo, recursos hídricos e ar, além de servirem como criadouros de vetores de doenças. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), aprovada em 2010, estabeleceu 2014 como prazo para o fim dos lixões, mas dez anos depois, o planejamento não ganhou corpo fora do papel e mais de um terço dos municípios não cumpriu essa meta. A pesquisa revela também que 28,6% das cidades optam por aterros sanitários, enquanto 18,7% utilizam aterros controlados. Isso demonstra capacidade técnica para avançar,

mas enfrenta entraves financeiros, administrativos e políticos. Ou seja, o caminho correto e como chegar até ele é de conhecimento das autoridades, mas as pernas para cumprir esse trajeto não funcionam. A persistência dos lixões está associada à falta de recursos nas cidades menores e baixa fiscalização. Porém, falta um compromisso nacional com educação ambiental e incentivo à reciclagem, essenciais para reduzir a dependência de aterros e promover a economia circular. Para superar esse desafio, é necessária ação conjunta entre governo, sociedade e empresas. A destinação de resíduos deve ser tratada como prioridade estratégica, com investimentos em aterros sanitários e programas de reciclagem. Municípios precisam de apoio financeiro e técnico, enquanto a população deve ser educada para participar ativamente da gestão dos resíduos. A erradicação dos lixões não é apenas uma meta ambiental, mas um imperativo moral e social. É hora de abandonar a cultura do descarte irresponsável e adotar práticas sustentáveis que respeitem o meio ambiente e as futuras gerações.

Fernando Molica
A PEC que pretende matar meninas e mulheres

Só um deputado do sexo masculino — alguém incapaz de engravidar — poderia propor uma emenda à Constituição que condena à morte menina e mulheres que, para salvar suas vidas, são obrigadas a interromper a gestação. Apenas a desumanidade gerada pelo oportunismo religioso, pela cegueira ideológica e pela necessidade de abafar a revelação da trama golpista explica que algo tão abjeto tenha sido admitido pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Proposta pelo então deputado Eduardo Cunha — aquele, aquele — a PEC incluí na Constituição a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção. Na prática, revoga a validade do que está previsto há 84 anos pelo Código Penal, o direito à interrupção da gravidez em caso de estupro ou de risco de vida para a gestante. Em abril de 2012, o Supremo Tribunal Federal passou a permitir o aborto em caso de fetos com anencefalia: no início do mês seguinte, Cunha apresentou sua PEC.

Um tema tão delicado como o aborto não pode ser tratado de maneira tão irresponsável. São respeitáveis os argumentos dos que, por razões éticas ou religiosas, acreditam que uma nova vida passa a existir no momento da concepção, ainda que o sistema nervoso do feto só venha a ficar completo meses depois. Mas o sentido de humanidade exige relativizações. Não é razoável que a maioria dos deputados da CCJ favorável à admissão da PEC não tenha pensado no que faria caso a interrupção da gravidez fosse a alternativa para salvar a vida de sua mulher, filha ou namorada. Ou se acharia razoável ver uma delas na condição de mãe de filho de estuprador. Não é razoável também obrigar uma mulher a carregar no seu corpo um feto que morrerá ao nascer por anencefalia. Uma gravidez embalada pelo luto, que impede a gestante de preparar um quarto para seu filho, comprar roupinhas e berço. Parlamentares que tanto pregam pelo valor absoluto da vida

costumam ser os mesmos incapazes de demonstrar qualquer solidariedade com crianças acusadas de cometer crimes, muitos toleram a instituição de uma ditadura que mata e tortura. Entre eles certamente haverá os que cometeram desvios que abreviaram a vida de gente que morreu vítima de falta de comida ou de assistência médica. A PEC ainda inviabiliza tratamentos como fertilização in vitro e pesquisas com células-tronco. Aborto não é e não pode ser encarado como um meio de controle de natalidade — sequer é visto assim por defensores de sua legalização —, mas é algo que existe, faz parte da vida. É bem provável que você, leitor, já tenha sido informado que uma parente ou amiga tenha recorrido à interrupção de uma gravidez. Caso um caso desses tenha chegado ao seu conhecimento — e trato aqui apenas de abortos ilegais —, você denunciou a mulher e a clínica como certamente faria num caso de homicídio? Se não tiver tomado esta atitude, terá demonstrado que,

na prática, não concorda com a equiparação de aborto com assassínio, não acha que aquelas mulheres mereciam cadeia. Assim como em tantos outros casos, muitos brasileiros preferem tratar o tema do aborto com hipocrisia. Em 2021, 150 mil mulheres foram internadas no país para tratar consequências de abortos, quase todos ilegais. No mesmo ano, foram abertos apenas 333 processos judiciais para apurar e punir os responsáveis pelo o que o Código Penal classifica de crime contra vida: isso representou 0,22% dos atendimentos médicos oficialmente registrados em hospitais (ficaram de fora os milhares de outros casos que não geraram maiores complicações). É improvável que a tal PEC seja aprovada, mas só o fato de ela tramitar demonstra a insensibilidade dos que se mostram incapazes de encarar com seriedade um tema complexo e doloroso. Não se pode optar pela hipocrisia dos que se fingem de honestos e pagam propinas ao guarda de trânsito.

Alexandre Garcia
Na nossa cara

Nossos representantes políticos, para fingir que fazem alguma coisa, anunciam medidas illusórias, de propaganda. Vão anunciando programas, intervenções superficiais e transitórias, mas tudo fica só na demagogia. As leis lenientes continuam as mesmas, a mídia continua induzindo o povo a ficar contra a polícia, e os assaltantes, traficantes e contrabandistas continuam sendo muito bem tratados pelas audiências de custódia e voltam às ruas para assaltar e matar. A impunidade infla a cultura da transgressão da lei e a corrupção é premiada com ausência de castigo. O crime já têm há décadas áreas fora da soberania do estado nacional no Rio de Janeiro e ago-

ra se expande na Amazônia e nas grandes cidades. Não é de hoje, vem de muitas décadas, desde a existência de autoridade sob mesada do jogo do bicho. E todos fomos induzidos, pela mídia e intelectuais, a pensar que isso é natural. Juntam-se a fraqueza e ineficácia das leis à fraqueza e ineficácia dos que representam o estado, em seus três níveis e seus três poderes. E a sabedoria popular, que tudo observa, pelos capilares do estado, sabe quem vende sentença, quem recebe propina do crime, quem facilita, quem está infiltrado. Parece um plano para enfraquecer o Brasil, enfraquecendo a estrutura da nação. Por isso ficamos subindo um degrau e descendo dois, numa ciclotimia doentia.

Vejo, por exemplo, que desde 2010 estamos quase parados em produtividade e PIB, mesmo com os grandes avanços do Agro. Com o nosso potencial, a vocação é de potência mas, embora não acredite em conspirações, sinto que se enfraquece a célula-básica da nação, a família; restringe-se a religião, que dá valores e temores; o ensino vira catequese ideológica e esquece as ciências e artes; divide-se o brasileiro em sulistas e nordestinos, em homens e mulheres, em brancos e negros, em pobres e ricos; liberam-se drogas para fragilizar o amor-próprio. Até as forças armadas são alvo dos que querem dividir. "Divide et impera", usavam os romanos para dominar. Fazem tudo para

fragilizar a polícia. A política externa fica sem rumos, a censura ilegal cala a manifestação do pensamento, o pagador de impostos é onerado até esmagarem a livre iniciativa; o estado precisa de mais impostos para custear seus privilégios; tira-se a autonomia financeira dos indivíduos e das pessoas jurídicas públicas e privadas para que dependam apenas de um poder central - e não notamos tudo isso, como não notamos, por décadas, o crescimento do crime. Assim cresce a dominação, não sei se planejada e concertada ou se é improvisada e espontânea. Como disse Cervantes, pela boca de Dom Quixote, em tradução livre: Não acredito em bruxas, mas elas andam por aí.

A inesperada beleza da final única

Quando foi anunciada, há cerca de cinco anos, a final única da Copa Libertadores causou uma série de polêmicas. A maior reclamação é que a América do Sul, diferentemente da Europa - continente que inspirou essa mudança no torneio -, não possui meios de transporte acessíveis entre os países, como os trens que conectam toda a Europa, o que encareceria as viagens e afastaria os torcedores das finalíssimas. Isso aconteceu, de fato, nas edições de 2021 e 2022. Na primeira, disputada no Uruguai, a maior dificuldade se deu principalmente por conta da pandemia de Covid-19, que ainda estava em estágios graves pelo mundo. Já no segundo caso, a final foi disputada no Equador, que vivia um momento de guerra civil. Isso resultou em uma procura baixíssima por ingressos. Porém, nas edições de 2019

- Lima (Peru), 2020 - Rio de Janeiro, 2023 - Rio de Janeiro, e agora 2024 - Buenos Aires (Argentina), o que se viu foi uma incrível troca cultural entre os torcedores e o povo local. Nesta edição, por exemplo, o grande astro é o atacante Deyverson, do Atlético-MG. No jogo que eliminou o River Plate, ele tirou sarro do clube argentino e brincou em campo. Isso fez com que ele virasse fenômeno entre a molecada argentina que torce para o Boca Juniors, arquirrival do River. Isso rendeu momentos inusitados de crianças argentinas usando camisetas do Brasil na porta do hotel do Atlético em Buenos Aires. Essa troca cultural se estende aos adultos brasileiros, que estão descobrindo os encantos argentinos enquanto aguardam pela tarde do sábado (30). É uma beleza inesperada desse novo formato.

Aristóteles Drummond
Sarney escritor

Está sendo lançada a sétima edição de "Norte das Águas", primeiro livro de ficção de José Sarney, de 1969. A política conviveu com a literatura ao longo da carreira deste admirável brasileiro, cujo reconhecimento e os títulos nunca afetaram a simplicidade pessoal e a bondade na alma. As duas atividades relevantes e que pedem atenção também não interferiram na correção da figura humana de afetuoso filho, marido e pai. E bom, correto e generoso amigo. Sobre José Sarney pode-se afirmar sem risco de erro que o ódio nunca entrou em seu coração. Teve motivos de ressentimentos, pelas injustiças e ingratidões que sofreu ao longo

da caminhada. Mas em nenhum momento se deixou levar por legítimo sentimento de revolta. A história desse livro inclui a edição inglesa com prefácio de Antônio Olinto, o grande acadêmico e romancista de "A Casa da Água", e a francesa com prefácio do imortal Jorge Amado. Em Portugal, prefácio de Alçada Baptista e, no Brasil, de Josué Montello, outro notável maranhense. Não é pouca coisa. A edição é da Resistência Cultural, uma editora de alta qualidade, com sede em São Luiz e sob o comando de um jovem talentoso, Jose Lorêdo Filho, dono de uma das mais completas culturas da terra de Gonçalves Dias. Aliás, a importância dos editores-inte-

lectuais deve de ser lembrada, inclusive pelas academias, pois, sem eles, os livros continuariam restritos. Nossa literatura muito deve a editores de cultura como Augusto Frederico Schmidt, José Olympio, Henrique Pongetti e, hoje, o admirável José Mario Pereira. São Luiz se inclui neste mapa no editor da Resistência Cultural, com um catálogo de grande qualidade. Getúlio Vargas e Fernando Henrique Cardoso foram acadêmicos no exercício ou depois da Presidência da República e mais na cota de personalidades do que de escritores. FHC chegou a pedir que se esquecesse do que escreveu. José Sarney ingressou na Casa de Machado de Assis seis anos

antes de assumir a Presidência da República. Sua obra tem musculatura, poesia, contos e ele nunca deixou de ser o jornalista da cidade e o amigo de Carlos Castelo Branco, Odilo Costa Filho e Ferreira Gullar, entre outros. Este sempre foi seu mundo, onde se refugiava do ambiente político nem sempre agradável. Lembrar a personalidade e a obra desse brasileiro, que é hoje o nome mais respeitado como político experiente e de mãos limpas, é servir à democracia. Precisamos superar este momento em que os figurantes, quase todos, não têm grandeza a ser reconhecida. Tem gente boa para entrar em campo, no modelo cívico e patriótico de José Sarney.

Opinião do leitor

Fé

O mundo anda em falta de sintonia aos preceitos da Bíblia Sagrada; percebe-se que o individualismo cresce a olhos vistos; a concentração de rendas assusta - cada vez mais - com ela e outros fatores graves, como as guerras, se avolumam em sérios problemas psicológicos e convulsões sociais na humanidade.

Antônio Carlos Sampaio Machado
Brasília - Distrito Federal

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: POTÊNCIAS POTEM INTERVIR NA GUERRA SINO-RUSSA
As principais notícias do Correiopetropolitano em 30 de novembro de 1929 foram: Violento incêndio destrói um quarteirão em Rosário,
HÁ 75 ANOS: SENAOD APROVA A REFORMA CONSTITUCIONAL
As principais notícias do Correiopetropolitano em 30 de novembro de 1949 foram: EUA não reconhecem o novo governo do Panamá.

na Argentina, e prejuízo fica em torno de 2 milhões de pesos. Potências mundiais examinam a possibilidade de intervenção na guerra entre URSS e China. Áustria organiza reforma naval. Papa Pio XI ordena o monsenhor Antônio José dos Santos para Bispo de Assis.
Greve geral francesa vira greve parcial, por falta de apoio de alguns sindicatos. ONU recebe acusação de que Argentina tortura os presos po-

Correiopetropolitano
Uma publicação do Correiopetropolitano
Direção Executiva: Marcos Salles (Presidente)
Redação: Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Luana Motta (editora)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
www.correiopetropolitano.com.br